
**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO INÁCIO
MAGALHÃES FILHO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO
DISTRITO FEDERAL**

Relator

Processo 00600-00006589/2021-14-e

Assunto: Decisão 596/2022

SEI Nº 04016-00053770/2020-99

**INSTITUTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE DO
DISTRITO FEDERAL (IGESDF)**, pessoa jurídica de direito
privado sem fins lucrativos, de interesse coletivo e de
utilidade pública, constituído sob a forma de **SERVIÇO
SOCIAL AUTÔNOMO**, CNPJ 28.481.233/0001-72, com
sede no SRTVN 701, Lote D, 3º Andar, Ed. PO 700, Asa
Norte – Brasília – DF, CEP: 70.719-040, Brasília/DF, vem
perante Vossa Excelência, informar e requerer:

1. Trata-se da Decisão nº 596/2022, proferida na
Sessão Ordinária nº 5288 realizada em 09/03/2022, ao
apreciar o Processo nº 00600-00006589/2021-14-e, de
relato do CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO.

2. O IGESDF relata que assinou os três contratos de prestação de serviço de mão-de-obra de recepção, com todas as Recomendações desta Corte de Contas, **atendendo a determinação** quanto ao item da Decisão nº 596/2022: *"b) em até 5 (cinco) dias, **após a celebração do(s) contrato(s) correspondentes**, encaminhe a esta Corte cópia de documentação comprobatória do atendimento das diligências contidas no item II.a precedente".*

3. A Representação proposta pela APECÊ SERVIÇOS GERAIS LTDA alega que o procedimento de contratação de empresa para a prestação de Serviços de Recepção e Atendimento, com a disponibilização de mão de obra qualificada nas unidades de saúde que integram o Instituto. São apontadas as seguintes irregularidades:

"a) ausência de planilha detalhada de custos;

b) ausência de cláusula para a manutenção do equilíbrio econômico financeiro; e

c) omissão quanto à definição de parâmetros para a qualidade dos uniformes."

4. No mérito, a Representação NÃO deve ser conhecida, ou ainda, requer que seja julgada

improcedente. O parecer da DIASP1 opina pelo não conhecimento, nos termos da INFORMAÇÃO 65/2021.

5. O Elemento Técnico (projeto básico) e os Contratos 21; 22; 23/2022 possuem todos os itens impugnados, destacando-se a inclusão de cláusula de equilíbrio econômico-financeiro, reajuste, repactuação e realinhamento do IGESDF.

6. É importante esclarecer que a Representante APECÊ propôs a presente Representação, no intuito de **anular** o certame em razão da perda de prazo no sistema eletrônico Publinexo. Ressalta-se que esse fato ocorreu por culpa exclusiva da empresa, o que ocasionou a sua exclusão da competição.

7. A perda de prazo, e por conseqüência, a exclusão da APECÊ é matéria de debate no Poder Judiciário.

8. Primeiramente foi ajuizada ação de tutela cautelar antecedente, pje 0704912-41.2021.8.07.0018, 6ª Vara de Fazenda Pública do DF, sendo concedida a tutela. Após, foi Interposto Agravo de Instrumento, pje 0729959-71.2021.8.07.0000, Des. Rel. Fabricio Fontoura Bezerra, 7ª turma Cível, do TJDF, que DEFERIU o efeito suspensivo.

9. Nesse interim, o juízo da 6ª Vara de Fazenda Pública do DF declinou a competência para Vara Cível, em 12-08-2021, sendo os autos redistribuídos para 8ª Vara Cível de Brasília. À ocasião, foi ratificada a liminar deferida em 1ª instância, e ao mesmo tempo, suspensos os efeitos por força do Agravo de Instrumento.

10. Atualmente, não há decisão judicial para suspender o Ato Convocatório nº 064/2021, e assim, prossegue o procedimento de seleção. Registre-se que os contratos foram adjudicados, ocorrendo perda superveniente do objeto.

11. Por fim, destaca-se que a empresa APECÊ ajuizou ação judicial e a presente representação, com o fito objetivo de anular o certame. Ou seja, a empresa utiliza de vias transversas, em razão de seu inconformismo com a exclusão do processo ocorrida por culpa exclusiva sua.

12. O processo seletivo – Ato Convocatório 64/2021, tramita há mais de um ano e já teve paralisado e retomado o seu prosseguimento. Esse é um procedimento transparente, isonômico, público e vantajoso, que contratou três empresas (GPLAN, ADRÔMEDA E T&S).

Ante o exposto, requer a juntada dos Contratos 21; 22; 23/2022 e o julgamento IMPROCEDENTE da

Representação, por perda superveniente de objeto, vez que, os Contratos já foram assinados e o assunto é matéria de debate pelo TJDFT

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

Brasília- DF, 10 de maio de 2022.

RADAM NAKAI NUNES
OAB/DF 14.308

JOSIANNE NERY
OAB/DF 44.757